

POR UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA NA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Mônica Magalhães Cavalcante

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Introdução

O texto, como enunciado, é uma construção negociada na utilização da linguagem em situação contextualizada sócio-historicamente. Nasce com Amossy o pressuposto, que hoje assumimos em Linguística Textual, de que o estudo da argumentação é uma dimensão constitutiva dos discursos manifestos na espessura dos textos:

Não há discurso sem enunciação (o discurso é o efeito da utilização da linguagem em situação, sem dialogismo (a palavra é sempre, como diz Bakhtin, uma reação à palavra do outro), sem apresentação de si (toda fala constrói uma imagem verbal do locutor), sem aquilo que se poderia chamar de “argumentatividade” ou orientação, mais ou menos marcada no enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir. (p. 12)

A ideia original de que a argumentação é constitutiva da linguagem vem de Ducrot, que a formulou dentro da perspectiva teórica da Semântica Argumentativa. Amossy parodia as palavras de Ducrot para postular que a argumentação é constitutiva do discurso, razão por que alega que todo discurso apresenta uma dimensão argumentativa.

O objetivo deste trabalho é propor uma articulação das bases teóricas que podem dar sustentáculo à reivindicação da Linguística Textual de que todo texto se conduz por uma orientação argumentativa, do ponto de vista configuracional e textual-discursivo. Esse redimensionamento da noção de orientação argumentativa se encontra muito bem justificada em Adam (2019, p.83-84):

Todo texto visa (explicitamente ou não) agir sobre as representações, crenças e/ou comportamentos de um destinatário (individual

ou coletivo). Se consideramos que o objetivo interativo dos enunciados assertivos é compartilhar uma crença, convencer um destinatário da consistência de uma representação discursiva, então podemos dizer que uma assertiva nem visa se adequar a um determinado estado de mundo real (definição clássica), nem visa empenhar-se para que o mundo seja visto pelo destinatário de acordo com a crença proferida pelo locutor-enunciador. As asserções narrativas, descritivas, argumentativas e explicativas factuais ou ficcionais constroem representações esquemáticas do mundo com o objetivo final, como nas diretivas, de um objetivo de ação: compartilhar uma crença com a finalidade de induzir a um certo comportamento (sonhar, rir, chorar, indignar-se, revoltar-se, agir, etc.).

Dizemos que a argumentação discursiva se evidencia na construção colaborativa de cada texto e na relação que os textos estabelecem entre si. É por meio da orientação argumentativa (cf. Adam, 2019) que são selecionados e engendrados os tipos de manifestação dos recursos textualizadores. O principal esteio teórico desta reivindicação de que todo texto é argumentativo, porque, dialogicamente (Bakhtin, 2016), responde a outros textos e provoca (re)ações nos interactantes como atores sociais, é a teoria da argumentação no discurso. Para elaborar sua proposta teórico-metodológica, Amossy, como reafirma a obra *Apologia da polêmica* (2017/2014), relaciona às análises de discurso pressupostos da retórica (clássica e nova) e de estudos interacionistas, como os de Goffman (1974) e de Kerbrat-Orecchioni (1990).

Na obra *A argumentação no discurso*, Amossy (2018/2016) se propõe realizar uma abordagem analítica em que a nova retórica recupere não somente os trabalhos pioneiros de Benveniste, mas também estudos interacionistas e estudos discursivos, como os encontrados em Charaudeau e Maingueneau (2008). Assim, diversos conceitos da retórica (clássica e nova) são retomados por Amossy e adaptados a seus posicionamentos de analista do discurso.

Além da visão de argumentação como tentativa de influenciar o outro, aceitamos ainda o pressuposto de que só argumentamos por meio de gêneros. Certos exemplares de texto permitem abstrair uma categoria prototípica pela qual estariam associados por uma semelhança de família (Pinto, 2010): o gênero. Consequentemente, podemos afirmar que o

fazer argumentativo só se efetiva por meio de textos, e que as práticas discursivas envolvidas nos gêneros em que os textos se inscrevem condicionam, em certa medida, as modalidades argumentativas.

Tendo isso em vista, Pinto (2010) sugere uma análise da argumentação em duas dimensões interpenetráveis e só didaticamente separáveis: a contextual e a linguístico-textual. Para que a argumentação seja analisada, deve-se levar em conta esses dois níveis de análise (em constante interação e em complexa dinamicidade). A autora idealiza uma análise metodologicamente descendente, que se inicia na observância dos critérios sociais e interacionais e chega até a aspectos da engrenagem mais interna do texto, sempre tendo em vista a inter-relação entre uma dimensão e outra. Recursos de natureza verbal e não verbal, em diálogo entre si, estão integrados a aspectos situacionais em um contexto social amplo.

A dimensão contextual sugerida pela autora poderia ser sintetizada da seguinte maneira:

Dimensão contextual	
Componente Arquitextual	
Componente Metatextual	
Componente Intertextual	
Componente Discursivo	
Componente Peritextual	
Componente Situacional	Época
	Lugar
	Instâncias interlocutivas
	Suporte material e mídia
	Finalidades

Nossa sugestão a essa perspectiva é que se insiram, na dimensão linguístico-textual assim nomeada por Pinto (2010), um conjunto de parâmetros para análise dos critérios de textualização envolvidos na relação contexto-gênero-cotexto-papéis sociais dos interlocutores, para uma interpretação da orientação argumentativa construída. Sugerimos que, nesta dimensão, devam estar situadas as categorias de análise com

que lida a Linguística Textual: tema, composição e estilo dos gêneros, planos e sequências textuais, organização tópica, processos de referência, estratégias de intertextualidade e de intertextualização, expressões de avaliatividade, marcadores de enunciação do discurso outro, e muitas subespecificações desses parâmetros.

Quando se acomoda um texto a um dado tipo relativamente estável de enunciado, não se pensa apenas em suas regularidades temáticas e composicionais, mas ainda no modo como seria possível, sob esse condicionamento, agenciar pontos de vista que se quer sustentar, relacionados a valores, crenças, posicionamentos dóxicos do interlocutor e dos grupos sociais a que ele provavelmente pertence. Não lidamos, portanto, com análises focadas apenas no nível composicional da sequência textual argumentativa. Os valores argumentativos e a subjetividade, de acordo com Amossy (2017), incidem sobre diversos procedimentos linguísticos pelos quais o locutor imprime sua marca à enunciação e inscreve no texto o modo como ele se situa em relação aos interlocutores.

Para Miller (2009), gêneros são práticas sociais e discursivas tipificadas e recorrentes pelas quais interagimos e pelas quais se organizam as esferas de ação humana. Os *gêneros* são padrões sociocomunicativos e sócio-históricos que os grupos sociais, ao mesmo tempo, fazem evoluir e deixar rastros de permanência, para reinventarem as formas da língua em uso.

Deve-se levar em consideração as práticas sociais em que os gêneros se inserem, além dos vários recursos de natureza verbal e não verbal trabalhados pelo locutor para exercer sobre o interlocutor e sobre o terceiro algum tipo de influência, mesmo sabendo que nunca se tem controle sobre as (re)ações geradas.

Para Miller (2009), as práticas discursivas tipificadas nos conduzem a proceder conforme padrões já institucionalizados e cristalizados sociocognitivamente, ao mesmo tempo que nos oferecem alguma margem para lhes darmos novas nuances, criativamente, nos usos. Com a incrementação das tecnologias digitais, as práticas sociodiscursivas se multiplicaram e se diversificaram numa velocidade assustadora, como bem explica Mozdzenski (2011, p. 62-63):

Ainda conforme Miller (2010, p. x), os modos como a tecnologia nos ‘puxa’ e nos ‘empurra’ são chamados de *affordance*. Para a es-

tudiosa, é interessante pensarmos a *affordance* não como as propriedades materiais ou naturais fornecidas pelo ambiente, e sim como as propriedades da informação e da interação que podem ser disponibilizadas em usos cognitivos e comunicativos particulares. Assim sendo, uma *affordance* tecnológica influencia como percebemos o mundo à nossa volta e como interagimos uns com os outros, uma vez que facilita ou torna possíveis certas formas de comunicação simultaneamente dificultando ou impossibilitando as demais. E, portanto, levando-nos ao engajamento em determinados tipos de ação retórica em detrimento de outros.

A essas condições, o locutor (que não é o autor empírico, de carne e osso) associa várias outras categorias de organização textual, para ir adaptando-as à contextualização específica do texto, como a escolha dos processos referenciais e das formas de indicá-los no cotexto, as tessituras das redes referenciais, a heterogeneidade sequencial, os apelos intertextuais (como a citação da frase feita parodiada), as marcas de não coincidência do dizer e as conotações autonímicas, a seleção e a hierarquização subtópica, as formas de raciocínio como argumentos, as técnicas argumentativas, dentre outras. Estes todos são parâmetros importantes da dimensão linguístico-textual (sempre em estreita ligação com a dimensão contextual) que devem ser contemplados nos estudos argumentativos.

Esta é a concepção de argumentação que vem amparando as análises em Linguística Textual realizadas dentro do grupo interinstitucional de pesquisa Protexto.

Assentamento teórico

É na obra *Apologia da Polêmica* que Amossy (2017) vem consolidar a tese, que já defendia há alguns anos, de que a argumentação e suas bases retóricas podem e devem ser objeto de interesse investigativo dos analistas do discurso, e de que esse casamento teórico não precisa ser encarado como incompatível.

A teoria da argumentação no discurso – como Amossy prefere denominar – fundamenta-se, assim como a Linguística Textual, no dialogismo de Bakhtin (2016), na medida em que se apoia na concepção de que os modos de pensar e de dizer o mundo constituem sempre uma

reação, implícita ou não, a palavras outras já ditas, ao mesmo tempo que desencadeiam novas “respostas”.

Os valores argumentativos e a subjetividade, de acordo com Amossy (2017), incidem sobre diversos procedimentos linguísticos pelos quais o locutor imprime sua marca à enunciação e inscreve no texto o modo como ele se situa em relação aos interlocutores. Por esta razão, o conceito de argumentação que nos parece mais condizente com os estudos em Linguística Textual é o da autora, para quem argumentar é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou, mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário. [...] [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir” (Amossy, 2011, p. 130).

A articulação teórica construída por Amossy é também condizente com o programa da Linguística Textual na medida em que supõe uma noção de sujeito que não controla inteiramente seu dizer, mas que não é completamente sobredeterminado por condicionamentos sociais. O sujeito em interação tenciona, sim, amoldar seu texto e os modos de “dizê-lo” a suas tentativas de influência sobre o outro, mas não é soberano, porque é sempre constrangido por valores dóxicos e institucionais de seu entorno social.

Um modelo de consideração analítica, no escopo da Linguística Textual em interface com a Análise da Argumentação no Discurso, de Amossy, foi claramente desenvolvido por Macedo (2018, p.45-46), ao ponderar sobre o exemplo seguinte (extraído da tese da autora):

**... E agora meninas... Um
minuto de silêncio...**

...para admirarem o relógio do

David Beckham...



Fonte: Post recebido por WhatsApp

[...] não há a defesa de uma tese, mas a orientação do olhar do interlocutor encontra-se sobre o pano de fundo de diferenças conceituais e comportamentais entre homens e mulheres, no que diz respeito ao corpo, estabelecidas social e culturalmente no seio de uma comunidade considerada machista, que vê com naturalidade o tratamento do corpo feminino como um objeto (no sentido pejorativo do termo) de admiração e desejo. Assim, o público feminino (evocado nominalmente pelo vocativo em “E agora meninas”) é chamado a contemplar as nádegas do ex-jogador de futebol David Beckham – referido no texto por marcas não verbais (as fotos) e, metonimicamente, por meio de marcas verbais (pelas expressões referenciais “relógio” e “David Beckham” [sic]) – e a agir de modo parecido com os homens, especificamente os brasileiros, que admiram os corpos das mulheres e que as veem como objetos. Ao mesmo tempo em que o *post* que circulou por WhatsApp admite o pressuposto dóxico de que o bumbum é “uma paixão nacional”, ele reage ao discurso machista que coloca o corpo feminino na categoria de objeto e que, sendo assim concebido, dispensa o respeito para ser admirado. O modo respeitoso com que o auditório é chamado a contemplar o “relógio”/bumbum de David Beckham é evidenciado no texto pela expressão “um minuto de silêncio”; o texto é também jocososo, na medida em que “disfarça” o real propósito de compartilhar da admiração pelo bumbum do ex-futebolista, por meio da menção explícita ao relógio dele. Temos, então, um texto que responde a discursos que lhe são anteriores e que dizem respeito ao estatuto do corpo em uma sociedade na qual homens e mulheres tentam impor, cada um, sua visão de mundo. Essa interdiscursividade faz com que o *post* de redes sociais, como o WhatsApp, figure entre aqueles textos de dimensão argumentativa, pois ele busca influenciar os modos de ver e de pensar do auditório, atualizando um tema de interesse social sem, no entanto, defender explicitamente uma opinião sobre tal tema.

Uma das originalidades da proposta de Amossy é não tratar a argumentação como uma mesma modalidade em todas as situações interacionais. Para a autora, os modos de argumentar variam num *continuum*: em um polo, estariam os textos coconstruídos como respostas dialógicas a valores do acordo prévio que preveem a chegada a uma espécie de consenso; em outro, estariam os textos que contrapõem teses antagônicas e

que se sabem encerrados em controvérsias irresolvíveis. Situam-se no entremeio diferentes tipos de interação: monogeridas (com uma só voz administrando as demais) e poligeridas (com vozes que dialogam em aparente autonomia face a face, com ou sem intermediação da internet).

Amossy (2008) sugere algumas possíveis modalidades argumentativas, interinfluenciadas pelos gêneros. As modalidades de (a) a (e) visariam ao consenso e se configurariam dentro do que a autora chama de “retórica do acordo”. Já a modalidade argumentativa (f), ou modalidade polêmica, se situaria numa “retórica do dissenso”:

- a) *Modalidade demonstrativa*: quando o locutor busca a adesão do(s) interlocutor(es) apresentando uma tese, como no artigo de opinião, no debate eleitoral, no editorial etc.;
- b) *Modalidade patêmica*: quando o locutor apela para os sentimentos do interlocutor, como nos gêneros de autoajuda;
- c) *Modalidade pedagógica*: quando o locutor autorizado tenta passar um saber ao interlocutor, que se encontra na condição de aprendiz, como nos textos explicativos dos livros didáticos;
- d) *Modalidade de coconstrução*: quando os participantes levantam conjuntamente uma questão e, juntos, buscam resolvê-la, por meio de uma interação dialógica, como nos debates;
- e) *Modalidade negociada*: quando os participantes debatem sobre um problema que os divide, mas para o qual estão dispostos a negociar um acordo, por meio de uma negociação das divergências, como nas interações diplomáticas, nas audiências de conciliação, nas interações comerciais.
- f) *Modalidade polêmica*: quando se atualiza uma controvérsia inconciliável, por isso é construída pelo que a autora chama de “retórica do dissenso”. A polêmica, quase sempre vista de forma negativa nas pesquisas sobre argumentação, pode desempenhar diferentes funções, pelas características que tem: subjetividade, dialogismo e dissenso. Amossy (2018) menciona algumas delas: funções de persuadir o Terceiro, não persuadindo o outro, mas resistindo; funções de formar comunidades de opiniões; funções de dar voz a um protesto, relançando a reflexão; funções de assegurar o dissenso.

A ideia que as comunidades têm, culturalmente, dos planos de texto dos gêneros do discurso pode guiar a enunciação e condicionar a modalidade argumentativa a ser acordada. É o que se pode reconstruir como uma interpretação possível para o texto a seguir:



Fonte: retirado de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017, p. 7-22)

O anúncio de companhia aérea alude ao fato de que, em geral, os assentos nos aviões são bem próximos, o que causa desconforto aos passageiros, como se tem comentado em diversos textos. Isso fica sugerido pela maneira como os números das poltronas estão intrincados, à esquerda, que corresponde à oferta das concorrentes. Já na parte direita, apresentam-se as numerações espaçadas, configurando o conforto que a empresa anunciante oferece em suas aeronaves. Nota-se que não há retomada a um texto específico. Mas, provavelmente, inúmeros textos de reclamações acerca da disposição espacial dos assentos nos aviões devem ter sido contemplados para que esse anúncio fosse planejado.

Ao elaborar seu projeto de dizer, o locutor, assumindo um dado papel social, recria a imagem e os papéis sociais do interlocutor e do terceiro (aquele que, indiretamente, pode ter acesso ao texto), a fim de ajustar um modo de argumentar às práticas sociais de um gênero possivelmente mais

apropriado e eficaz. A projeção do interlocutor e do terceiro, assim como as condições de produção, de recepção e de realização do gênero interferem diretamente nos modos de argumentar.

Conforme dissemos, Pinto (2010) sugere uma análise da argumentação em duas dimensões interpenetráveis: a dimensão contextual e a dimensão linguístico-textual. Para a autora, fariam parte da dimensão contextual os componentes arquitextual, intertextual, metatextual, discursivo, peritextual e situacional (época, lugar, instâncias interlocutivas, suporte material, finalidade). Pensemos sobre alguns desses componentes das duas dimensões neste exemplo:

(2)



Fonte: retirado de Brito, Falcão e Santos (2017)

Quanto aos participantes da enunciação, recebemos esta mensagem de locutores de mais de um grupo de contatos do WhatsApp, da família, de amigos e de colegas. Seria quase impossível identificar quem a produziu, por isso os locutores que o disseminam assumem o papel social, cada um a sua vez, de Proponentes de uma questão social que está sendo posta no espaço público; os interlocutores constam da lista de contatos de cada locutor e podem distribuir-se em grupos específicos; alguns deles podem ter sido vislumbrados como Oponentes da tese que os locutores pretenderam deixar supor.

Sobre a época de produção, o lugar e a circulação do texto, vale esclarecer que a postagem foi feita pouco tempo após a notícia da realização do teste nuclear pelo líder comunista norte-coreano. A mensagem circulou na rede social WhatsApp, ambiente virtual provavelmente mais utilizado hoje para conversas no ciberespaço, pela rapidez, pela comodidade, pelo baixo grau de constrangimento, pelo amplo número de pessoas que recebem as mensagens concomitantemente etc.

No que respeita aos suportes materiais da mídia usada e aos traços composicionais do gênero, esse texto verbo-imagético com meme no WhatsApp é um gênero sem designação convencionalizada que contém, muitas vezes, uma imagem e um conteúdo verbal, ou apenas uma dessas semioses. O locutor que elabora gêneros dessa natureza cita uma parte de outro e a recontextualiza, resignificando-a em outro texto para que ela seja viralizada. Neste exemplo, tanto se viraliza a frase formulaica “Bom dia”, muito recorrente em mensagens fáticas do WhatsApp, quanto a imagem do líder norte-coreano.

Sobre a finalidade do texto, neste caso, provocam-se efeitos de riso e de sarcasmo, numa espécie de humor negro, que se expressa a propósito de uma situação socialmente grave: a ameaça de ataque nuclear.

Pela marca intertextual da citação da fórmula “Bom dia” e da imagem do ditador extraída de notícias, cria-se uma intertextualidade intergenérica com os gêneros que saúdam as pessoas, geralmente em grupos de família. A geração mais jovem começou a parodiar os textos de gêneros com esse propósito de saudação, desvirtuando a função fática deles para satirizá-los. Os gêneros podem, pois, remeter intertextualmente a outros, por imitação, como este, em que se percebe uma intertextualidade intergenérica com os gêneros que se prestam aos cumprimentos de Bom dia, Boa Tarde e Boa Noite.

Metatextualmente, um texto pode comentar sobre a temática de muitos outros, nem sempre individualmente identificáveis. No caso (2), por exemplo, o texto permite inferir que o locutor se posiciona contrariamente aos testes nucleares e ao descaso do líder norte-coreano com o mundo. O indício textual que autoriza essa leitura é o referente de “o último dia de sua vida”, que remete indiretamente ao referente de morte, ao referente da tentativa de viver intensamente o que ainda resta de vida

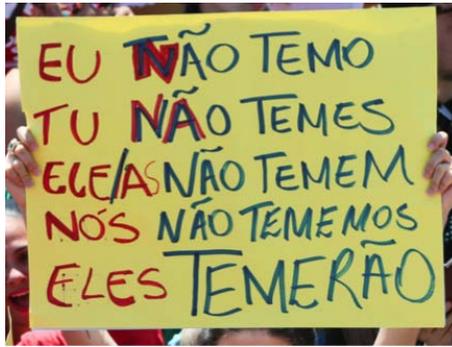
etc. Existe, pois, uma relação intrínseca entre intertextualidade e processos de referenciação.

Efetivam-se, na construção dinâmica e negociada da referenciação – diferentes modos de apresentar os referentes no texto, assim como diferentes modos de confirmá-los e de recategorizá-los. Por isso, constata Custódio Filho (2011, p.115): “Na verdade, o processo de construção dos referentes implica que, no fundo, o papel das linguagens não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir versões, elaborações dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados”. Uma introdução referencial pode, por exemplo, antecipar um ponto de vista bastante relevante para a orientação argumentativa dada ao texto, como acontece com o uso de certas expressões de introdução referencial encapsuladora:

Convém frisar que o emprego de introduções referenciais encapsuladoras em artigos de opinião se revela estratégico, pois esse processo referencial de encapsulamento é um recurso inegavelmente multifuncional que termina por induzir o interlocutor a percorrer todo o texto em busca de informações que homologue o referente introduzido, daí a sua predileção pelo título do artigo de opinião ou, em alguns casos, pelo primeiro parágrafo da produção textual. Sendo assim, constata-se que a introdução referencial encapsuladora: ✓ Marca o posicionamento do locutor frente ao conteúdo encapsulado; ✓ Por ser prospectiva, induz o interlocutor a percorrer o texto em busca de informações que validem o referente-gatilho; ✓ Orienta a cadeia referencial do texto. (ESTEVEVES, 2017, p.99)

Usando de estratégias referenciais e intertextuais, todo texto se coloca frente a estereótipos, modelos mentais preestabelecidos socialmente. As seleções dos recursos de textualização são mobilizadas tendo em vista os estereótipos de uma dada sociedade, os valores dóxicos que ora assumem, ora combatem. Soares (2018) demonstra como o apelo a certos nomes próprios, sobretudo no cenário político, podem constituir uma forma de estereotipagem bastante persuasiva:

(3)



Fonte: <https://fotospublicas.com/grito-dos-excluidos-faz-manifestacao-contr-a-o-governo-do-presidente-michel-temer-na-esplanada-dos-ministerios/>. Acesso em: 01 set. 2017

Explica Soares (2018) que esse cartaz de protesto foi exibido numa manifestação realizada pelo grupo denominado Grito dos Excluídos, ocorrida dia 07 de setembro de 2016, na esplanada dos Ministérios, contra o então governo de Michel Temer. O cartaz, bem como a divulgação que dele se fez nas mídias sociais, são gêneros utilizados para expressar a insatisfação popular com o então presidente Michel Temer. A expressão do nome próprio como objeto de discurso é inferida pela situação contextual vivenciada no protesto e pela conjugação do verbo temer, homógrafo do nome próprio desse governante.

Com isso, o locutor desse texto estabelece um jogo de ambiguidades referenciais que viabiliza o processo intertextual de alusão a representantes políticos, partidários e simpatizantes e à possibilidade de “temerem” a manifestação popular. Dessa forma, nesse texto, também de pouca extensão, os referentes aludidos pela forma conjugada do verbo e pela imagem das mãos segurando o cartaz de protesto são apresentados e recategorizados por pistas não apenas presas à superfície cotextual, mas também a outros elementos contextuais negociados pelos interlocutores.

Assim sendo, outro dos expedientes mais produtivos para a (re)afirmação de pontos de vista é a intertextualidade. Em Linguística Textual, o estudo da intertextualidade permite observar como os textos de alguma maneira se repetem em outros, de diferentes formas: citadas, parafraseadas, aludidas, parodiadas, transpostas, imitadas, ou apenas comentadas metatextualmente. Esses modos de os textos se reproduzirem parcialmente e de

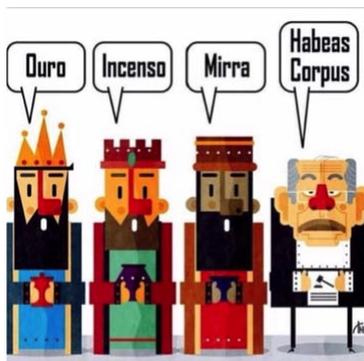
se disfaçarem em outros é essencial para evidenciar posicionamentos subjacentes e para rever ideias, reafirmando-as ou combatendo-as.

Explica Jenny (1979,p.44.-45) que a intertextualidade oferece um campo vasto de exploração. As partes ou certos aspectos de um texto não são apenas repetidas.

O novo contexto procura, em geral, uma apropriação triunfante do texto pressuposto. Ou essa finalidade permanece escondida, e o trabalho intertextual equivale a uma maquiagem, tanto mais eficaz quanto o texto aproveitado tiver sido mais sabiamente transformado. Ou então o novo contexto confessa operar uma reescrita crítica, e dá em espetáculo o refazer dum texto. [...] Há determinações ideológicas que resultam do próprio funcionamento dos textos. A análise do trabalho intertextual mostra bem que a pura repetição não existe, ou, por outras palavras, que esse trabalho exerce uma função crítica sobre a forma. [...] Abre-se então o campo duma palavra, nova, nascida das brechas do velho discurso, e solidária daquele. Quer queiram, quer não, esses velhos discursos injectam toda a sua força de estereótipos na palavra que os contradiz, dinamizam-na. A intertextualidade fá-los assim financiar a sua própria subversão.

Como observa Bazerman (2006), as relações intertextuais são eficazes não apenas para as referências diretas e indiretas a outros textos, mas também para inúmeras funções pelas quais o locutor pode se posicionar diante de outras vozes, elaborando seus próprios argumentos. E todo posicionamento é um modo de se colocar em uma relação interdiscursiva já existente. Ponderemos sobre o exemplo seguinte:

(4)



Fonte: Carvalho (2018)

Esse texto, que circulou na mídia WhatsApp, foi explorado na tese de Carvalho (2018) e alude ao relato da Bíblia sobre o nascimento de Jesus e a visita dos três Reis Magos. Conforme a história, os magos do Oriente ofereceram presentes preciosos ao Menino Jesus. Na imagem, ao lado dos Reis, vemos o ministro do STF, Gilmar Mendes, cuja atuação foi muito criticada por conceder *habeas corpus* a inúmeros políticos envolvidos em importantes investigações, sobretudo a Lava Jato. O ministro fez campanha aberta ao que considera “excesso de prisões desnecessárias durante as investigações”. Por suas ações, Gilmar Mendes tem se envolvido em sucessivas polêmicas, especialmente com réus da operação mais importante no país, tendo sido constantemente atacado pela mídia e por inúmeros protestos. O apelo intertextual aponta para o fato de que, assim como os Reis Magos ofereceram presentes ao Menino adorado, Gilmar teria oferecido aos seus um bem precioso e estimado: a liberdade.

Importa constatar, como o fez Bazerman (2006, p.103), que reconhecer aspectos intertextuais não significa somente perceber os diálogos entre os textos, mas compreender “como você os usa, para que você os usa e, por fim, como você se posiciona enquanto escritor diante deles para elaborar seus próprios argumentos”.

A argumentação (re)construída por marcas textuais de como o sujeito se coloca em relação a outros é a proposta de análise que a Linguística Textual apresenta como disciplina. Para isso, sustenta uma definição de texto como um enunciado completo, reconhecível por sua unidade de coerência sociocognitivo-discursiva, e concluso como unidade de comunicação; como evento, o texto acontece na enunciação, por isso é um enunciado único e irrepetível em um contexto sócio-histórico. Essa noção de texto é muito coerente com a acepção de discurso necessariamente considerada na Linguística Textual.

Tomamos o discurso como um conjunto de práticas languageiras que evidenciam os posicionamentos discursivos e ideológicos de todos os que comungam pontos de vista semelhantes. São as restrições das formações discursivas que permitem identificar o que semanticamente é apropriado ou não, típico ou não, de um dado discurso. Os discursos só podem ser vistos em atravessamento constante.

A dimensão do interdiscurso é integrada inelutavelmente à dimensão do texto. Ambas compõem o âmbito em que se configuram as rela-

ções intertextuais e os modos como os locutores recorrem a elas em suas buscas de influência sobre o outro e sobre o terceiro. As intertextualidades atestam os movimentos linguageiros constantes da tomada de outras enunciações e da imitação de estilos, para reconfigurá-los e recontextualizá-los. Pensemos sobre o exemplo abaixo:

(5) Newsletter – Veja, 24/04/2019

Notícias da manhã



ECONOMIA

Petrobras anuncia Programa de Demissão Voluntária

Empresa – que espera retorno de 4,1 bilhões de reais até 2023 –, considera a medida uma forma de 'promover a renovação nos quadros e garantir a continuidade das operações'

Fonte: newsletter@veja.com.br – acesso em 24/04/2019

Se, nessa chamada de notícia da revista Veja, utiliza-se a citação e não o parafaseamento, é porque o efeito de “precisão”, de factualidade pode ser mais eficaz para as práticas sociais costumerias do próprio gênero, e porque a citação explícita e tipograficamente marcada favorece ao locutor a não assunção de responsabilidade enunciativa do que foi mencionado. Atribui-se a responsabilidade do dito (“promover a renovação nos quadros e garantir a continuidade nas operações”) a um enunciador objetificado e generalizado: a Empresa, a Petrobras – a indeterminação do sujeito pelo emprego do infinitivo reforça essa indefinição.

Malgrado reduza a noção de “texto” à materialidade cotextual, Maingueneau (2014) trata dos fenômenos intertextuais de copresença, por citação sobretudo e por paráfrase, como situações de *aforização*,

quando o locutor cria, com a citação ou a paráfrase, uma encenação “deslocada”, “destacada” do texto-fonte, mascarando o contexto da enunciação original. Os propósitos são nitidamente argumentativos, mas este não é o interesse analítico de Maingueneau (2014, p.33), ao descrever as aforizações. O autor assim explica esses usos intertextuais:

Toda aforização é uma enunciação segunda, do já-dito: o já-dito de uma enunciação atestada, quando se trata de aforizações destacadas de um texto¹, ou o já-dito de uma série aberta de enunciações anteriores ou virtuais, quando se trata de aforizações primárias. Quando é destacada de um texto, a aforização faz parte de uma lógica de discurso relatado em estilo direto. O que é posto em cena é, com efeito, uma *fala* autêntica, do significante e do significado, uma *voz* singular que diz *aquelas palavras*. As aspas desempenham, assim, com frequência, um papel crucial para atestar a existência efetiva da aforização.

O autor distingue, assim, entre aforizações primárias, como citações e paráfrases que aparentam isolar-se de sua contextualização original, a qual pode ter se perdido no tempo, e aforizações secundárias, como quando essas copresenças reconhecem aspectos do contexto-fonte, mas são acomodadas a um novo contexto: “A diferença entre os dois [contextos] alimenta os comentários que põem em evidência as ‘deformações’, os ‘mal-entendidos’, os ‘deslizamentos de sentido’... que o contexto de recepção os fará sofrer” (MAINGUENEAU, 2014, p. 31).

Quer seja sob a forma de relações microestruturais de copresença, quer seja sob a forma de relações macroestruturais de derivação de um texto ou gênero em outro, as intertextualidades permitem uma maneira lúdica, criativa, de exercer influência sobre o outro com mais eficácia. Estando, pois, a serviço de uma negociação argumentativa, os processos intertextuais cumprem finalidades várias, que não se limitam a intenções de humor, de ironia, de sarcasmo, de sátira, ou reflexão crítica. Tais funções assim generalizadas atendem a finalidades que se reinventam a cada situação comunicativa encenada e dependem do conjunto de argumentos convocados pelos interlocutores, ou apenas dos pontos de vista expressos na dimensão argumentativa dos textos.

¹ Maingueneau (2014) chega a falar de aforização como uma frase “sem texto”, para salientar o processo de colocação em um novo contexto, destacado do original.

Considerações finais

Diríamos que Amossy (2017), como analista do discurso, adere a uma enunciação em sentido amplo – aquela que não vê a situação de comunicação como restrita às coordenadas dêiticas, mas como tendo imbricadas nelas todas as restrições do contexto sócio-histórico mais alargado.

Amossy (2016) defende que a retórica pode ser reorientada por posições teóricas que a Análise do Discurso assume. Para isso, um dos primeiros aspectos que mudam é o de sujeito retórico, que a autora ressignifica para um sujeito nem totalmente sobredeterminado pelas condições sócio-históricas, nem inteiramente intencional, além de não ser uno (Macedo, 2018).

Outro aspecto modificado pela autora é a suposição de que as estratégias retóricas visem necessariamente ao acordo e de que os movimentos argumentativos estão sempre associados à resolução de conflitos para um possível consenso. Ao conceber a modalidade argumentativa polêmica como um modo particular de gestão do conflito, Amossy a define como uma manifestação discursiva de um afrontamento brutal de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. É por isso que Amossy (2017) devota particular atenção à retórica do dissenso, na caracterização da modalidade argumentativa polêmica.

Outra reorientação teórica que a autora propõe é a consideração de um plano da estrutura actancial para além do plano da enunciação, em que as vozes dos locutores-interlocutores supõem vozes de diferentes enunciadores. A argumentação precisa analisar tanto a imagem coconstruída dos interactantes, quanto os papéis sociais que exercem no enquadre argumentativo em que se embatem as vozes de Proponente, Oponente e Terceiro. Assim explica a autora:

Essas vozes concretas são tomadas numa orquestração que acaba por desenhar dois conjuntos diametralmente opostos: não estamos mais, então, no plano da enunciação, mas no plano da estrutura actancial que envolve um Proponente e um Oponente em face de um Terceiro. Não se trata aqui de pessoas, mas de papéis: defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação (Amossy, 2017, p. 59)

Acrescentaríamos a esses papéis sociais a figura do Não-Oponente, a quem também pode se dirigir a voz do Proponente de um dado ponto de vista, cuja adesão se deseja. Amossy atenta ainda para a necessidade de se contemplar a diferença entre os tipos de interação, como as que se processam de forma monogerida ou poligerida.

Este trabalho sugere, principalmente, que se possa tratar de argumentação em qualquer tipo de texto, e que se contemplem as estratégias de textualização sempre pensadas com a finalidade de exercer alguma influência sobre o outro.

Referências

- Adam, J. M. (2017). *Les Textes: types et prototypes*. Paris: Armand Colin.
- _____. (2019). *Textos – tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34.
- Amossy, R. (2008). As modalidades argumentativas do discurso. In G. Lara, I. L. Machado & W. Emediato (Orgs.). *Análises do discurso hoje* (v. 1, pp. 231-254). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (2011). Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares (E. L. Piris & M. O. Ferreira, Trad.). *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 1, 129-144.
- _____. (2016). É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. *ReVEL*, 14 (12), 165-190.
- _____. (2017). *Apologia da polêmica* (M. M. Cavalcante et. al., Trad.). São Paulo: Contexto.
- _____. (2018). *A argumentação no discurso* (E. L. Piris & M. O. Ferreira, Coord. Trad.). São Paulo: Contexto.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso* (Paulo Bezerra, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Bazerman, C. (2006). Intertextualidade: como os textos se apoiam em outros textos. In Ch. Bazerman, J. C. Hoffnagel & A. P. Dionisio (Orgs.). *Gênero, agência e escrita* (pp. 87-103). São Paulo, Cortez.
- Brito, M. A. P., Falcão, M. D. S. & Santos, J. E. S. (2017). Apelo a um exterior: as alusões como estratégias argumentativas. *Revista de Letras*, 36 (2), 23-35.
- Carvalho, A. P. L. (2018). *Intertextualidades escritas e amplas*. Tese – (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Cavalcante, M. M.; Faria, M. G. S; Carvalho, A. P. L. (2017). Intertextualidades escritas e amplas. *Revista de Letras*, 36 (2), 7-22.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de Análise do Discurso* (Fabiana Komesu, Coord. Trad.). São Paulo: Contexto.
- Custódio Filho, V. (2011). *Múltiplos fatores, distintas interações*: esmiuçando o caráter heterogêneo da referência. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

- Esteves, L. B. (2017). *Funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigo de opinião*. 113f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Goffman, E. (1974). *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit.
- Jenny, L. (1979). *Intertextualidades*. Coimbra: Almedina.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1990). *Les interactions verbales 1*. Paris: Colin.
- Macedo, P. S. A. (2018). *Elementos textuais para uma análise argumentativa do discurso*. Tese (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Maingueneau, D. (2014). *Frases sem texto*. Trad. Sírio Possenti *et alii*. São Paulo: Parábola.
- Mozdzinski, L. P. (2012). *O ethos e o pathos em videoclipes femininos: construindo identidades, encenando emoções*. Tese (Doutorado em Letras). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Miller, C. R. (2009). *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife : Ed.UFPE.
- Soares, M. S. (2018). *Processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Pinto, R. (2010). *Como argumentar e persuadir? práticas políticas, jurídicas e jornalísticas*. Lisboa: Quid Juris.